

Vasconcellos só explicará bens depois

O deputado José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) comprou este ano uma casa, no Lago Sul, em Brasília no valor de CR\$ 6,75 bilhões e recebeu, em 1990, depósitos nos Bancos Rural e Cidade no valor de 223,6 mil dólares. Somente um destes depósitos, segundo o senador Pedro Teixeira (PP-DF), feito no dia 6 de setembro de 1990, foi de 98 mil dólares. "A minha movimentação bancária e meus bens são compatíveis com os meus rendimentos", limitou-se a dizer, pedindo uma reunião futura com as subcomissões de patrimônio e de bancos para esclarecer a origem de seus bens e sua movimentação financeira. Vasconcellos admitiu que tinha um relacionamento cordial com o deputado João Alves (PPR-BA), mas negou qualquer tipo de convivência pessoal com o principal acusado no escândalo de corrupção no Orçamento.

O líder do PRN negou participar em qualquer esquema de corrupção lembrando que em 1991 foi signatário de requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pedindo uma CPI para a Comissão de Orçamento. Relatou aos integrantes da CPI que, em 1981, apresentou um projeto propondo a regionalização da elaboração do Orçamento e disse em sua defesa: "Não teria todo esse trabalho se quisesse transformar a Comissão Mista de Orçamento num balcão de negócios". Vasconcellos afirmou ainda que, se não forem tomadas medidas para reorganizar a comissão, "os mesmos problemas voltarão a ser enfrentados no futuro".

Transparéncia — Ele também negou que tenha escrito nome de

deputados ou empreiteiras em ofício enviado ao relator geral do Orçamento em 1991, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Nunca assinei o nome de parlamentares ou empresas ao lado de emendas. Redigi o ofício para tornar transparentes meus entendimentos, como sub-relator do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), sub-relator do setor elétrico", garantiu.

Vasconcellos reconheceu que as empreiteiras atuam com desenvoltura junto à Comissão Mista de Orçamento, mas afirmou que esta atuação "é muito maior no Executivo". "Aqui o Orçamento é uma peça autorizativa. No Executivo é que ocorrem as liberações", disse. "É público e notório que há nos corredores do Congresso pessoas das mais diversas origens pedindo coisas e buscando informações", continuou. Com sua experiência como sub-relator da área de transportes por três anos, Vasconcellos afirmou que "falta conhecimento técnico" aos parlamentares e que isto leva a dotações feitas sem critérios. "Os parlamentares não têm compromissos técnicos, tem compromisso com a obra e eles acabam colocando mais recursos que o necessário para protegê-los da inflação", explicou. Neste contexto, ele admitiu: "Posso ter cometido alguns enganos".

Respondendo a pergunta do senador Eduardo Suplicy, o líder do PRN admitiu que conhecia a Construtora Maia Melo e que se socorreu de informações de seu proprietário, Antônio Maia Melo, quando foi sub-relator do Ministério dos Transportes. O petista

também o questionou sobre a votação do Orçamento de 1991, relatado por Fiúza, e que foi alterado depois de ser votado no plenário.

Propinas — "Não posso falar de suposições", disse Vasconcellos, em resposta ao deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que queria saber se ele tinha conhecimento de informações sobre o pagamento de propinas de empreiteiras para deputados. "Nunca presenciei qualquer deputado recebendo propinas", garantiu. O depoente admitiu, nesta fase do depoimento, que somente fez sua declaração de rendimentos de 1988 em 1990 e que não havia declarado ser cotista do Posto JR Ltda, em Recife. "Não retifiquei, me sugeriram fazê-lo, antes de vir depor. Não fiz isso porque não houve dolo, a cota não foi declarada, mas os dividendos que recebi, sim", disse. Vasconcellos também revelou à CPI que tem uma conta na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, mas não soube informar o saldo.

Ele também negou, quando indagado pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que tivesse recebido qualquer vantagem na aprovação do Jumbão, proposta de crédito suplementar enviada pelo Executivo, relatada por ele, aprovada em maio de 1989, e que destinava 395 milhões de dólares para recuperação e restauração de rodovias. Mercadante ficou contrariado com as respostas do depoente e defendeu que a CPI faça uma devassa no DNER e quebre o sigilo bancário de vários ex-diretores do órgão para que seja possível detectar "relações escusas entre empresas e funcionários do Executivo".